

## **JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO**

**TERMO: DECISÓRIO**

**FEITO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA (Contra)**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2022**

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.036-2022**

**RAZÕES:**

\*Acerca das informações relevantes quanto ao status atual com detecção de falhas dos equipamentos demonstrando estas informações em display equipamento.

\*Acerca Equipamento de Talonário Eletrônico, Bateria removível recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4000mAh.

**OBJETO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, QUE CONTEMPLE CONTROLADOR DE VELOCIDADE, AVANÇO SEMANFORICO, TALÃO ELETRÔNICO, SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, PROCESSAMENTO DE INFRAÇÕES, GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS PARA ENVIO DE DADOS ONLINE A PMMG DE FORMA CONTINUADA, PARA CONTROLE E GERENCIAMENTO DO TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ.

**IMPUGNANTE:**

GCT – GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRÂNSITO S.A. (“GCT”), sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 01.466.431/0001-00, com sede na Rua Unai, n. 190, Bairro Industrial, Contagem/MG, CEP 32.220-350,

### **Questionamento 1**

**Considerando o questionamento do item 5.5.3, do Termo de Referência do edital, estabeleceu a seguinte exigência:**

5.5.3. O equipamento deverá possuir sistema de status atual com detecção de falhas, demonstrando estas informações em display interno do próprio equipamento. Não será aceito demonstração de falhas através de conexões remotas ou físicas de outros equipamentos que não estejam contempladas na documentação de aprovação do equipamento. Esta funcionalidade se dá para que o operador, fiscal de contrato, ou delegados do Ipem, possam visualizar com facilidade os indicadores e possíveis falhas nos momentos de checagem do mesmo.

2.1.1 O sistema Status com Detecção de Falhas visa subsidiar a operadora em relação ao funcionamento dos equipamentos, trazendo informações de que os mesmos se encontram operacionais e/ou com defeitos. É com base nessas informações que a operadora monta seu plano de manutenção. Exigir que o sistema Status esteja disponível em cada equipamento, é algo

totalmente contraproducente, ora, a implantação deste sistema em cada unidade, gerará um custo extremamente superior, vez que além da unidade instalada, ainda assim será necessária a visita de um fiscalizador, que, contrário ao que se pede neste edital, pode portar um único equipamento capaz de aferir todas as medições, em todos os equipamentos gerando um custo único.

2.1.2 Ou seja, uma vez que o sistema status não pode estar centralizado em um único local, tal vício gera ineficiência econômica ao exigir que, para aferir o funcionamento dos equipamentos, sejam necessárias visitas periódicas gerando assim, despesas e custos excedentes e economizáveis ao erário.

**Resposta 1-**O status e demonstração de falhas, são apontamento no próprio equipamento dentro do gabinete, através de luzes de led's é possível detectar o status e funcionalidade das placas, laços, sensores e até o próprio equipamento esteja em operação. Diante disso não é de se falar em centralização de status.

De acordo com item 16.2

16.2. A manutenção deverá ser constante, inclusive com substituição de equipamentos e materiais, se for o caso, e inclui não só a qualidade técnica do equipamento, mas também a atualização tecnológica dos mesmos e da infraestrutura.

Não há de se falar em custos excedentes, uma vez que o quesito está previsto visitas constantes.

## Questionamento 2

2.2 Já o item 7, e seus sequenciais, também do Termo de Referência do edital, há a seguinte exigência técnica:

### **7. DOS EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO TIPO PORTÁTIL – TALONÁRIO ELETRÔNICO:**

#### **7.1. Características do Talonário:**

7.1.1. O equipamento deve ser do tipo smartphone, PDA, ou tablete, desde que atenda as funcionalidades especificadas neste termo de referência.

#### **7.1.2. Dispositivo móvel com características mínimas:**

- a) Tela colorida de no mínimo 5" a no máximo 6,5 polegadas com o recurso Touchscreen, resolução mínima 1280 x 720;
- b) Processador com velocidade mínima de 1.5MHz;
- c) 4 GB de memória RAM;
- d) Memória de armazenamento mínima de 32 GB índice de proteção mínimo: IP67 de acordo com as especificações de Certificação MIL-STD 810G;
- e) Peso máximo do equipamento completo 250g, suporte a redes GPRS, Bluetooth, Wireless, Câmera fotográfica colorida com resolução mínima de 16 Megapixels;
- f) Gravação de Vídeos FHD (1920 x 1080) @30fps;
- g) Sistema de posicionamento global (GPS);



- h) Bateria removível recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4000 mAh.
- i) Bolsa protetora contra intempéries, com alças para facilitar o seu transporte;
- j) Dispositivo próprio integrado de comunicação com a rede pública celular, sem a utilização de acessórios, tais como jaquetas ou cabos.

2.3 Com ênfase na alínea h, ressalta-se a seguinte exigência:

h) Bateria removível recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4000 mAh.

2.4 Isto posto, e após uma criteriosa análise do mercado atual de fornecimento de insumos e equipamentos eletroeletrônicos, insta constar os seguintes apontamentos e colocações:

2.5 O equipamento exigido é o tipo smartphone, que tem como função básica, acompanhar o agente de fiscalização durante todo o seu turno de trabalho. Esse agente manuseará o equipamento por um período de horas (a contar da escala para a qual for designado). Entende-se, portanto, que deve ser um equipamento de fácil utilização e manuseio, de modo a não dificultar a atividade laboral do profissional ali disposto.

2.6 A utilização deste equipamento se dará de forma diária e contínua, não havendo, entretanto, suporte ou móvel externo no qual o agente utilizador apoiara o equipamento durante seu uso.

2.7 Desse modo, presume-se que este equipamento deve conter características de fácil manuseio, e que não gere dificuldades excedentes para ser armazenado/carregado, mesmo porque, este não será o único item de trabalho o qual ele estará portando durante seu turno.

2.8 Ressalta-se ainda que, o smartphone utilizado pelo agente estará exposto às mesmas condições que o profissional, ou seja, queda, umidade, altas e baixas temperaturas, risco de chuvas, dentre outros efeitos da natureza que nem sempre podem ser previstos nem calculados.

2.9 Observações iniciais feitas, saltemos para outra pontuação. Em artigo publicado a aproximadamente 05 (cinco) anos, podemos visualizar uma mudança significativa na evolução dos equipamentos eletroeletrônicos/smartphones no que tange a disposição de baterias.

2.10 Observa-se na matéria publicada no site <https://tecnoblog.net/especiais/felipe-ventura/fim-smartphones-bateria-removivel/#:~:text=H%C3%A1%20v%C3%A1rios%20motivos%20para%20as,traseira%2C%20em%20vez%20de%20pl%C3%A1stico> que já há algum tempo não há mais a expectativa de disponibilização desses equipamentos nessas condições, quais sejam, BATERIA REMOVÍVEL.

2.11 No trecho transcrito abaixo, extraído da publicação supramencionada, percebemos algumas das razões pelas quais essas mudanças foram feitas:

[...] Há vários motivos para as fabricantes — começando pela Apple — abandonarem as baterias removíveis. Isso deixa o smartphone mais fino e mais leve; facilita a proteção IP68 contra água e poeira; e permite usar metal e vidro na traseira, em vez de plástico.[...]

2.12 Diante disso, e considerando a exigência do edital em aplicar um objeto com uma especificação técnica já praticamente banida do mercado, nos deparamos com diversos obstáculos os quais só apresentam o encarecimento do orçamento e consequente frustração à princípio básico do processo licitatório, qual seja, PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE.

2.13 Após longa pesquisa no mercado, nós deparamos com uma carência incontável desse tipo de produto, sem contar que os ainda disponíveis, em sua quase totalidade, dão conta de equipamentos antigos, já não mais fabricados, e na maioria equipamentos usados, os quais não trazem a garantia mínima exigida no edital, além do fato de não permitir substituições posteriores, pois já não são mais fabricados.

2.14 Em face a todas as limitações que este item dispõe, seu custo torna-se ainda mais elevado, gerando, desse modo, uma contrapartida negativa ao órgão, vez que todas as propostas a serem apresentadas e disputadas, obviamente, apresentarão, inseridas em seus custos, a despesa para aquisição e posterior manutenção deste objeto, que por ser de maior carência no mercado, já será imposta sua dificuldade na composição de preços.

2.15 Com todas as limitações no atendimento deste requisito, torna-se redundante dizer que este item onera, injustificadamente, os custos para seguimento do processo, inclusive quando nos atentamos para os pontos negativos a seguir expostos:

2.15.1 Como já mencionado acima, o item de referência neste apontamento é de uso contínuo do agente fiscalizador, ou seja, deve levar ao profissional o máximo de conforto e segurança possível para uma atuação laboral adequada;

2.15.2 Impor a este profissional um equipamento precário, já não mais utilizado no mercado, pode gerar desgastes e dificuldades incontáveis;

2.15.3 Este item apresenta resistência incontavelmente inferior, principalmente quando trata-se de proteção com água e poeira, o que também faz parte das exigências constantes do termo de referência;

2.15.4 O objeto exigido neste item, com essas condições, apresenta peso e desconforto superior aos produtos mais modernos, o que pode gerar maior dificuldade para os profissionais na sua atuação diária;

2.15.5 Os smartphones solicitados possuem ainda valores mais altos e qualidade consideravelmente inferior aos produtos mais modernos, que além desses contrapontos, ainda são mais fáceis de encontrar, e com maior disponibilidade para manutenção, em caso de algum defeito apresentado;

**Resposta2:** Apesar das considerações feitas pelo impugnante o produto dos do item 7.

## **7.DOS EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO TIPO PORTÁTIL – TALONÁRIO ELETRÔNICO**

### **7.1. Características do Talonário:**

**7.1.1. O equipamento deve ser do tipo smartphone, PDA, ou tablete,** desde que atenda as funcionalidades especificadas neste termo de referência.

**h) Bateria removível recarregável de Ion Lítio (ou similar) de no mínimo 4000 mAh.**



O produto do item supra citado ainda é fabricado visto as cotações realizadas pelas empresas na formulação da proposta inicial para abertura do Pregão Eletrônico, com relação ao peso do produto não é objeto para impugnação.

Pelo exposto, conheço a impugnação apresentada pela empresa, GCT Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A, e no mérito **JULGO-A IMPROCEDENTE**, para manter o edital em sua integridade.

Intima-se via portal Licitanet com cópia nos autos.

Junta-se aos autos dos processos administrativos.

Atenciosamente,

Araxá-MG, 16 de março de 2022.



DANIEL ROSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA